Contrato Social

**Haylla Tandara Conde do Carmo**, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, nascido na cidade de Belo Horizonte no Estado de Minas Gerias, empresário, portadora do RG nº MG. 00.000.005 SSP/MG e CPF 123.456.789-10, residente a Rua das Nações nº 819, apto 14, Bairro da Céu, São Paulo, SP, CEP: 01504-004.

**Letícia Cristina Monteiro Rosa,** brasileiro, nascido dia 10de dezembro de 1990, solteiro, empresário, nascido em São Paulo no Estado de São Paulo, portador do RG nº SP 00.000.009/SSP- SP e CPF: 012.345.678-11, residente a Rua Paracanduva nº 19, Bairro da Estágiarios, São Paulo, SP, CEP: 01504-000.

**Sander Lemos Mizael**, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, nascido na cidade de Belo Horizonte no Estado de Minas Gerias, empresário, portadora do RG nº MG. 00.000.005 SSP/MG e CPF 123.456.789-10, residente a Rua das Nações nº 819, apto 14, Bairro da Céu, São Paulo, SP, CEP: 01504-004.

Únicos sócios de uma sociedade de natureza jurídica empresária limitada, denominada **HL Ltda**, estabelecida na Av. Paulista, sala 000 Bairro Bela Vista, São Paulo, CEP: 00000-001, resolvem em comum acordo a constituição da empresa a saber:

# Capítulo I- Denominação, sede, objeto e prazo de duração Artigo 1°: Denominação Social

A denominação social da empresa é **HL Ltda**, tendo como nome fantasia **HL Solutions.**

# Artigo 2°: Sede

A empresa tem sua sede a Av. Paulista, sala 000 Bairro Bela Vista, São Paulo, CEP: 00000-001.

Parágrafo único: A empresa não possui filial, mas, poderá estabelecer filiais, sucursais, depósitos em todo o Território Nacional, quando lhe convier.

# Artigo 3ª: Objetivo

A sociedade tem por objeto social:

* Atividade de design gráfico, diagramação e design digital (cnae 7410.2/99)
* Desenvolvimento de websites “web design”, (cnae 6201.5/02)
* Serviços de informação na internet, portais e páginas internet (cnae 6319-4/00)

# Artigo 4ª: PRAZO

A data de inicio das atividades é 08/05/2017 O prazo de duração é indeterminado.

# Capítulo II- Capital Social

**Artigo 5°: Capital Social**

O capital social é de R$ 1.000,00 (Um mil reais) divididos em 1000 (mil) cotas no valor nominal de R$ 1,00 (um) real cada uma, totalizando R$ 1.000,00 (Um Mil reais), totalmente subscrita e integralizadas e distribuídas aos sócios em moeda corrente nacional conforme a seguir:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Sócios** | **Quotas** | **Participação %** | |
| Haylla Tandara Conde do  Carmo | 33,3 Cotas | R$ 166666,66 | 33,3% |
| Letícia Cristina Monteiro Rosa | 33,3 Cotas | R$ 166666,66 | 33,3% |
| Sander Lemos Mizael | 33,3 Cotas | R$ 166666,66 | 33,3% |
|  | | | |
| **Total** | **1000 Cotas** | **R$ 500.000,00** | **100%** |

**Parágrafo único:** “Nos termos do art. 1.052 da Lei 10.406 de 10/01/2002, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor total de suas quotas, mas todos, respondem solidariamente, pela integralização do capital”.

# Capítulo III- Da Administração

**Artigo 6ª: Administração**

A sociedade será administrada pelos sócios **Haylla Tandara Conde do Carmo**, **Letícia Cristina Monteiro Rosa** e **Sander Lemos Mizael** na condição de sócios administradores.

**Parágrafo 1º -** Os administradores terão plenos poderes de gerência e administração, **podendo isoladamente e ou em conjunto**, representar a sociedade ativa ou passivamente perante terceiros, sendo dispensado de prestar caução, podendo, inclusive, assinar cheques, nomear procuradores com poderes específicos para representar perante aos órgãos públicos, devendo os respectivos instrumentos de mandato conter prazo de validade, à exceção daqueles outorgados para fins judiciais.

**Parágrafo 2º** - As práticas dos atos listados abaixo, estará condicionada à assinatura EM CONJUNTO dos sócios administradores:

1. Venda, oneração ou alienação, sob qualquer forma, de bens de capital, assim como de qualquer bem imóvel em nome da sociedade;
2. O estabelecimento de negócios não relacionados com as atividades da sociedade;
3. A nomeação de procuradores para representar a sociedade na prática de atos de qualquer natureza, exceto as procurações para representar perante órgãos públicos;
4. O requerimento de concordata ou autofalência;
5. A prática de quaisquer atos gratuitos em nome da sociedade, tais como outorga de garantias a terceiros;
6. O empréstimo de dinheiro da sociedade, e
7. A obtenção de empréstimos a favor da sociedade.
8. Distrato da empresa

**Parágrafo 3°:** Nos atos perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e justiça do trabalho, a sociedade será representada pelo administrador ou por procurador.

**Parágrafo 4º -** Caberá ainda aos administradores autorizar a assunção ou concessão de empréstimos e obrigações cambiais, executando-se o desconto de duplicatas em favor da sociedade, bem assim os negócios financeiros em favor da sociedade podendo assinar, caucionados com duplicatas de sua emissão; e a prática de quaisquer outros atos que, individualmente, envolvam valores excedentes ao total do capital da sociedade.

**Parágrafo 5º-** Caso a empresa queira nomear outro administrador, apenas poderá ocorrer através de assembleia ou reunião determinada com dia e hora marcada.

(art. 997, VI; 1013, 1016, 1064 CC/2002)

**Parágrafo 6º-** As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião dispensando as formalidades de convocações previstas no §3° do artigo 1.152, quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, ciente do local, data, hora e ordem do dia. (art. 1.072 §2°, §3º §5°)

**Parágrafo 7°-** Dos trabalhos e deliberações será lavrado o livro ata, assinada pelos membros da mesa e pelos sócios participantes. Deverá ser encaminhado no máximo em até 20 (vinte) dias do Registro Publico de Empresas Mercantis para arquivamento e averbação, e aos sócios que desejar poderá requerer copia da ata registrada. (1075

§1° a §3°)

**Parágrafo 8°-** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos de qualquer dos administradores ou cotistas, gerentes, diretores, procuradores e empregados, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos interesses sociais, tais como fianças, avais, endossos, ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

**Parágrafo 9°:** Os sócios administradores e administradores, respondem solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções. (art 1016 ncc)

**Parágrafo 10°:** Caso os bens da sociedade não cubram as dívidas, respondem os sócios e administradores pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais, salvo a cláusula de responsabilidade solidária. (art 1023 ncc)

# Capítulo IV: Exercício Social, demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucros

**Artigo 7ª:Exercício Social e Demonstrações Financeiras e Balanço**

O exercício social será coincidente com o ano civil e ao término deste em 31/12 (trinta e um de dezembro) de cada ano. A empresa poderá levantar balancete mensal para a distribuição de lucros.

Ao término de cada exercício social em 31/12, o administrador prestará contas. Justificadas de sua administração, podendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (Art 1.065 cc/2002).

**Parágrafo único**: nos quatros meses seguintes ao termino do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designará novo administrador se assim julgarem necessário.

# Capítulo V: Pró-Labore

**Artigo 8ª: PRO LABORE**

Os sócios poderão fazer jus a uma retirada mensal de pró-labore, dentro dos limites permitidos pela legislação do imposto de renda.

# Capítulo VI: Retirada ou mortes dos Quotistas

**Artigo 9ª: RETIRADA DO SÓCIO**

O falecimento, retirado ou exclusão de qualquer um dos sócios não implicará em dissolução da sociedade, devendo o sócio remanescente pagar ao sócio excluído,

retirando, herdeiro ou sucessores do falecido, casos estes não mais desejem fazer parte da sociedade, o valor patrimonial da respectiva participação societária apurada balanço especialmente levantada para este fim, no prazo de no máximo 60 (sessenta) dias, após o evento, acrescidas juros de 12% (doze por cento) ao ano, vencendo a 1ª no ato do fechamento do balanço. E sua respectiva apuração.

**Parágrafo único:** As cotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, ou a alteração contratual pertinente. (art 1056 art 1.057 CC/2002).

# Capítulo VII: Dissolução e Liquidação da Sociedade

**Artigo 10ª: Dissolução da Sociedade**

Dissolve-se a sociedade:

1. por resolução de quotistas representando a maioria do capital social, (art 1033

III) e

1. por decisão judicial irrecorrível (art 1033 V;1037 e 1038)

# Artigo 11°: Liquidação da Sociedade

Compete aos administradores e quotistas, salvos nos casos de decisão judicial, determinar o modo de liquidação e nomear a liquidante.

# Capítulo VIII: Decisões Societárias

Artigo 12°: **Decisões Societárias (art. 1010)**

O presente contrato social, poderá ser alterado, a qualquer tempo, mediante a deliberação dos quotistas quando:

1. para formação da maioria absoluta são necessários votos correspondentes a mais de metade do capital, ou
2. Prevalece a decisão sufragada por maior número de sócios no caso de empate, e, se este persistir, decidirá o juiz

# Capítulo IX: Desimpedimento Criminal

**Artigo 13ª: Desimpedimento Criminal**

“Os administradores declaram, sob pena de lei que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou pôr se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (art. 1.011, 1º, CC/2002)”.

# Capítulo X: Escrituração Contábil

**Artigo 14: ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL**

**Parágrafo 1º:** A sociedade é obrigada a seguir um sistema de contabilidade mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, inclusive levantando balanço e demonstração de resultado econômico. (art 1.179)

**Parágrafo 2º:** A sociedade obriga-se as escriturar os demais livros exigidos por lei, inclusive o livro DIÁRIO, que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica. (art. 1.180)

# Disposições Gerais

**Artigo 15ª: LEGISLAÇÃO**

Os casos omissos no presente contrato serão regidos pela legislação pertinentes Lei 10.44406/02 e subsidiariamente pela Lei 6.404/76 (S/A).

# Artigo 16ª: FORO

Fica eleito o foro do município de São Paulo, para dirimir pendências entre os sócios, a respeito do presente contrato, com renuncias expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

*E por estarem justos, e contratados, assinam o presente instrumento em 04(quatro) vias, de igual teor, forma e data, na presença de 2 (duas) testemunhas.*

São Paulo, 16 de março e 2017

*Sócios*

# HAYLLA TANDARA CONDE DO CARMO

**RG: MG.00.00.005 SSP/MG**

**LETÍCIA CRISTINA MONTEIRO ROSA**

**RG: SP.00.000.009 SSP/SP**

**SANDER LEMOS MIZAEL**

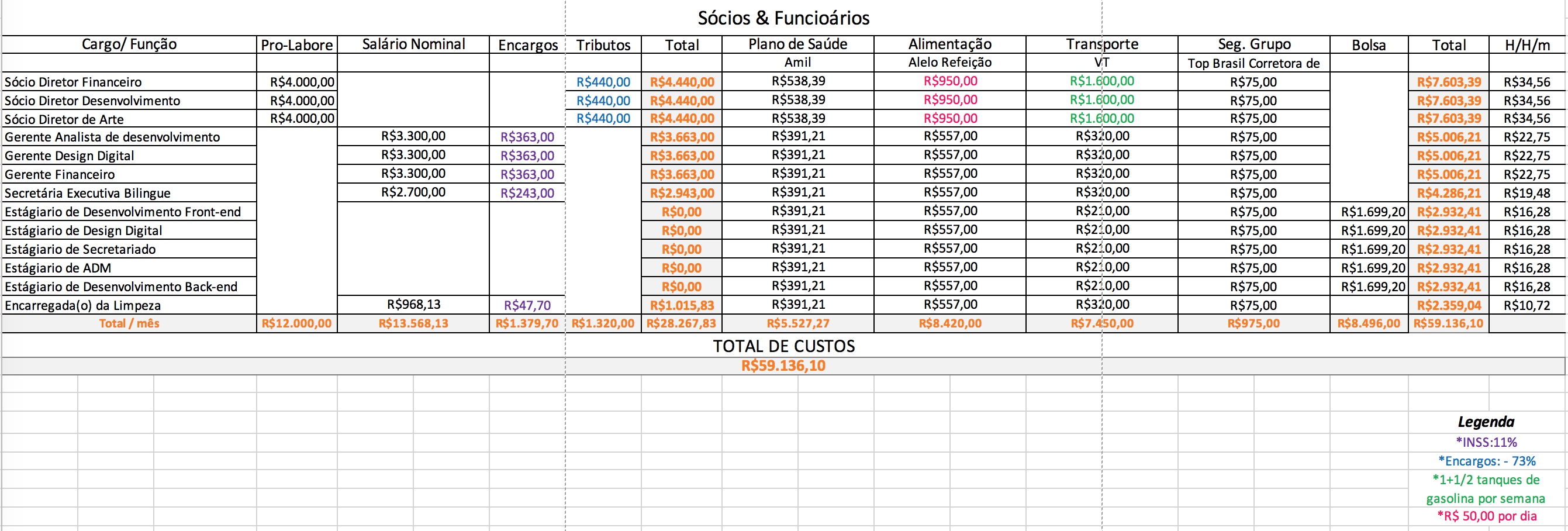
**RG: SP.00.000.004 SSP/SP**

*Testemunha*

**GILBERTO MARIOT   
CPF 123.456.789.19 OAB: 123.123/SP**

Planilhas

# Pró-Labore



# Planos de venda da Empresa

# 

# Sede

# 

# Terceiros

# 

# Materiais de Conforto

# 

# 

# 

# 

# 

# 

# Materiais de Experiente

# 

# Consolidação & Receitas

# 